



JULHO - DEZEMBRO - 1992

# Roteiros\*

15. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

## A AUSTRÁLIA ASIÁTICA

por ADRIANO MOREIRA

**A**O decidir encerrar a representação diplomática em Portugal, a Austrália teve o cuidado de afirmar que o contencioso de Timor não tinha relação com a decisão, o que facilmente pode aceitar-se, desde que não tente fazer esquecer que esta tem muito a ver com o grande espaço ao qual a Austrália quer pertencer com a Indonésia muçulmana.

As invocadas economias orçamentais, um argumento de modéstia amável, obedecem necessariamente a um critério selectivo e talvez este se traduza essencialmente na definição de um conceito estratégico governamental que reivindica uma activa política regional australiana, uma naturalização asiática da antiga matriz britânica, eventualmente uma aborigenização da história que oriente o anticolonialismo nativo contra a antiga metrópole, e permita aos australianos vivos assumirem-se como antigos colonizados. Serão politicamente asiáticos, dentro da APEC (Cooperação Económica para a Ásia-Pacífico), um projecto para o qual, desde 1990, procuram o acordo, fiável de catorze países da área, com a evidente relutância da Malásia, o outro país muçulmano do espaço.

O modelo do projecto nativista não é realmente original, porque os europeus do continente americano adoptaram no século passado uma atitude semelhante, quando das independências em cadeia contra as metrópoles de que eram originários, fazendo por esquecer que os seus avós desembarcados é que foram a mão executora do projecto que, por razões da época, condenaram na linha do anticolonialismo moderno, e de que se proclamaram vítimas. No caso australiano, os aborígenes que primeiro habitaram o país, e que ali tinham chegado

havia quarenta mil anos, foram eliminados por uma política de genocídio sistemático, um dos factos a lembrar na recente celebração dos duzentos anos contados da chegada dos primeiros degredados de que a coroa britânica quis livrar os seus domínios europeus. Tem de reconhecer-se que a aclimação foi excelente, e que a comunidade britânica teve ali, enquanto manteve significado uma expressão notável.

As alterações de estrutura das balanças de poder, que conduziram os grandes vencidos da Segunda Guerra Mundial ao primeiro plano actual da hierarquia das potências, e que já eram visíveis na década passada, levam os comentadores a falar repetidamente no Pacífico como o «oceano do século XXI», ou, talvez mais poeticamente, a defini-lo como o berço do futuro.

É incerto o número de centros que podem vir a definir-se num tão vasto espaço, e o menos provável é talvez que todo o oceano venha a ser abrangido por um único sistema político. Mas aquilo que parece visível, em primeiro lugar, é o afastamento progressivo da Austrália da matriz política inglesa.

Para além da relativa insignificância das correntes comerciais com a antiga metrópole e com a CE, em comparação com o comércio existente com os Estados Unidos da América e com o Japão, também o clima emocional criado pelos frequentes confrontos do Governo australiano com Margaret Thatcher ajudou a aprofundar a distância.

Em contrapartida, crescem as relações económicas com a Ásia do Norte, com os chamados Dragões (NIC), com o próprio Japão, que investe confiadamente no país.

(Continua na página sete)



# LEMBRAR O 1.º DE DEZEMBRO DE 1640

## Algumas reflexões de carácter político e cultural

1 — Neste ensaio não desejo apontar, nem analisar as causas remotas ou próximas que levaram a entregar a «Coroa» portuguesa a Filipe II, realizando-se por 2.ª vez a unificação política da Península, pois a primeira aconteceu com a vitória de Leovegildo em 585 em Órbigo sobre Audeca, último rei Suevo, unindo os 2 reinos e pondo a Capital em Toledo até 711 com a vitória de Tarik sobre o exército de Rodrigo em Guadalete. Durante 126 anos esta 1.ª unificação e a 2.ª apenas durante 60 anos e tendo a capital em Madrid a 70 quilómetros de Toledo foram as duas experiências da união peninsular.

A ocupação germânica da Europa Central e da zona ocidental, a mais romanizada, desembocou na Constituição da chamada Europa das Pátrias, que se foi formando gradual e lentamente dando lugar na Idade Média à formação das diferentes nações e estados em que entroncam os Estados modernos Europeus.

Podemos focar aqui o problema, se a Península Ibérica está vocacionada para constituir um único estado político ou se tendo em conta a sua constituição geográfica, o seu povoamento, a sua evolução étnica e cultural está vocacionada para constituir vários estados, tendo em conta o seu passado histórico e as suas variantes culturais.

As experiências visigóticas de 126 anos e a Filipina de 60 anos, não sumando 200 anos, não parecem ter um peso histórico definitivo em relação ao presente ou futuro da Península.

Hoje, no desenvolvimento e aprofundamento do estudo do povo suevo que se está fazendo na Universidade de Santiago de Compostela, dá-se relevo ao que podemos chamar a importância da faixa atlântica e a hipótese de fazer girar o resto da Península para o Oeste esbarrando no Atlântico e pelo mesmo na importância a dar a Braga e outras cidades dessa faixa atlântica, sob a concepção administrativa romana que dava mais importância às regiões do centro peninsular e da orla mediterrânea.

Os Suevos juntamente com os Alanos, os Asdingos e Vândalos foram os primeiros germanos chegados à Península e instalaram-se nas Províncias romanas da Galécia, Lusitânia e Bética em 409. Os Alanos e Vândalos seriam obrigados a sair para a Tangitânia, ficando porém os Suevos, que tinham ocupado a parte oeste da Galécia.

Entre 411 a 440 os Suevos consolidam a sua posição com a ocupação de Braga, Lugo, Astorga e Porto.

Aproveitando um momento difícil num império que se decalra impotente para dominar a instabilidade produzida pelas invasões de outros povos germânicos que tinham passado o «limes» e principalmente porque os Vândalos punham em perigo a Sicília e Sul da Itália após a ocupação do norte da África com a conquista de Cartago e Hispânia (431) e ainda as convulsões internas ocorridas na Gália com as revoltas dos aldeões posteriormente pela 1.ª bagauda que se faz sentir em 441 na região de Aracoeli perto de Saragoça, aproveitando este contexto, Réquila, rei suevo, organiza uma campanha a partir de 438 em que se desloca com um exército para a Lusitânia ocupando Mérida 439 e o vale do Guadiana até Mértola (440), atacando a seguir Sevilha e o vale de Guadalquivir

441 e chegando à Cartaginense. Em 441 Réquila estendia o seu poder por 4 das 5 Províncias romanas em que se dividia a Península: Galécia, Lusitânia, Bética e parte da Cartaginense ameaçando a Tarracorensense.

Esta posição seria confirmada fazendo de Mérida como uma cidade forte avançada.

O Império romano reagiria a esta situação e em 446 Aécio enviaria à Península Avito com um exército composto por Galo-romanos e Visigodos para pacificar a Terracorensense e dirigir-se à Bética e Lusitânia, porém Réquila conseguiu derrotá-lo perto de Sevilha e Vito regressa para Gália. Réquila retira-se vitorioso para Mérida onde morrerá em 448.

Seu filho Requiário 448-456 quer assegurar o domínio sobre as 3 Províncias romanas conquistadas e pede em casamento a filha de Teodórico II rei dos Visigodos e desloca-se a Toulouse onde casa e ao regressar passa os Pirineus entrando em Lérida e pilhando o vale do Ebro aproveitando a confusão dum outra bagauda que assolava a Terracorensense, conseguindo entrar em Tarazona perto de Saragoça.

Requiário faleceria em 456 terminando aqui um projecto dum Península Ibérica ocidental integrada pelas três Provín-



COM D. JOÃO IV, EM 1640, PORTUGAL RECUPEROU A INDEPENDÊNCIA. PARA QUANDO A VERDADEIRA LIBerdade E FRaternidade, O V IMPÉRIO PRO-FETIZADO POR D. ANTONIO VIEIRA, FERNANDO PESSOA E OUTROS E DESJEJADO POR COMENHO. 7



cias romanas Bética, Lusitânia e Galécia e comendado por esta.

Acontecem mais dois factos que vão ter importância no futuro da Península Ibérica, a morte de Aécio em 454 e de Valentianino em 455. Ambos assassinados por motins palacianos, terminando aí a dinastia teodosiana que tinha dirigido a política da «Pars Occidentalis» do Império Romano durante uns 80 anos.

A partir desta data, o papel mais importante na Península será desempenhado pelos Visigodos, que desenvolverão o projecto duma Hispânia unificada em que a capital será Toledo a partir de Leovegildo, que derrotará o último rei suevo em Órbigo, 585.

O projecto visigótico abrangerá toda Península ao expulsar os Bizantinos da orla marítima do Levante com a conquista da capital da antiga Província Cartaginense em 625 por Suintila e abrangerá ainda a Narbonense.

Trata-se duma experiência centralizadora em que Toledo será a Capital, e em que a União do Estado à Igreja se realizará em 589 no III Concílio de Toledo, quando Recaredo renuncia ao arrianismo e aceita a Credo de Niceia.

Teremos uma monarquia electiva apoiada pela Igreja, que recebia a sua legitimidade na vitória dos Visigodos sobre o império romano e especialmente pelo facto de Alarico à frente do seu exército ter entrado triunfalmente em Roma em 410; esta vitória constitui o fundamento do poder visigótico sobre uma parte, que tinha pertencido ao domínio de Roma e assim o reconhece St.<sup>o</sup> Isidoro, autoridade indiscutível no seu tempo quando preside o IV Concílio Toledano.

## 2. TENTATIVA CASTELHANA NO SÉCULO XIV E CRISE DE CONSCIÊNCIA NACIONAL

Um dos piores negócios que fez, o rei D. Fernando foi o contrato de casamento de sua única descendente, e filha de Leonor Teles, D. Beatriz com D. João I de Castela.

Após a morte de D. Fernando em 1383, o rei de Castela quiz fazer prevalecer o direito de D. Beatriz à coroa de Portugal, ficando por arrastamento sob o domínio de Castela.

Como todos sabemos deu origem a uma guerra que culminaria com a vitória do espírito nacional e dos interesses ligados à nossa independência sobre os direitos de legitimidade de sangue e jurídicos que assistiam à D. Beatriz.

Por vez primeira assistiu-se à ruptura do juramento de fidelidade feudal, ou entre nós senhorial, por parte da fidalguia mais nova, sobrepondo os interesses nacionais à letra do juramento.

Nas Cortes de Coimbra de 1385 o Dr. João das Regras perante os Braços do Clero, Nobreza e Procuradores defende a tese de «sede vacante», que o trono não estava ocupado, que a coroa símbolo de soberania não estava na cabeça de ninguém e que competia às Cortes e a mais ninguém, escolher o rei, entregar-lhe a coroa e entronizá-lo e das 3 hipóteses sómente a do Mestre de Avis é que poderia assegurar a soberania e independência nacional.

Desta vez, a pretensão de Castela de atrair a faixa atlântica a ser integrada na planície central de Castela a Velha foi gourdada, devido à decisão clara duma consciência nacional, ali bem clara, na espada de D. Nuno Álvares Pereira e na lógica irrefutável do Dr. João das Regras, e na aceitação plena do alto clero, do povo e de 72 fidalgos representantes da Jovem fidalguia, que acompanhava o Condestável do Reino Nun'Álvares Pereira.

## 3. 2.º PROJECTO DE UNIÃO TENDO COMO CENTRO LISBOA

Do casamento de D. Manuel I com a princesa D. Isabel filha dos Reis Católicos, herdeira dos reinos de Castela, Leão e Aragão nasceu o príncipe D. Miguel em Saragoça em 1498, que veio a ser herdeiro dos 4 reinos peninsulares, Portugal, Leão, Castela e Aragão pela morte de seu tio, o príncipe D. João, irmão de sua mãe.

Porém, o príncipe morreria em 1500 e o projecto dinástico também morreu.

Podemos imaginar o que poderia vir a ser esta união das 4 coroas peninsulares tendo como capital Lisboa e muito especialmente numa altura que já se tinha descoberto o caminho para as novas Índias, as Ocidentais, com a chegada de Colombo à Hespánhola.

Este projecto pensado através de laços matrimoniais tinha certamente muito interesse para nós portugueses, pois poderia virar toda a Península para a faixa atlântica, seria um renovar em parte, o projecto suévico, que também não chegou a realizar-se e mesmo que se tivesse realizado, nunca poderia ter a importância e as consequências do projecto manuelino. Pensar que todo o mundo conhecido no século XVI olharia para Lisboa!

## 4. A EXPERIÊNCIA FILIPINA 1580-1640

Uma retrospectiva à nossa história leva-nos a pensar que a crise de 1380 provocada pela morte de D. Fernando pôs à prova o espírito duma nação nova, com energias suficientes para ultrapassar como sucedeu e provocou um arranque nos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João I e atingiu o seu máximo nos primeiros 18 anos do reinado





de D. Manuel e teve como expressão, que marcou profundamente o nosso modo de ser — os *Descobrimentos*. Esses 75 anos que vão de 1434 quando Gil Eanes vence o Bojador, quando Bartolomeu Dias ultrapassa o Cabo das Tormentas em 1487, Vasco da Gama chega em 1498 a Calicut e em 1511 Afonso de Albuquerque desembarca em Malaca. Esse período é sem dúvida o nosso «El Dourado», a época que ficará como marca que distinguirá a nossa nação de outros povos.

A nossa vida como nação teria o seu melhor intérprete em Camões que para passar à História, como grande épico Europeu, não teve de criar fábulas ou uma nova mitologia, mas simplesmente narrar feitos e sabê-los interpretar, enquanto expressão de um novo povo, que colectivamente é apresentado como herói.

Os Lusíadas, na expressão de Adriano Moreira, são o «Manifesto» dum projecto nacional de vida de um povo, que fez uma opção, que distingue de outros povos no seu modo de estar no mundo.

Camões tinha consciência clara da crise que se pronunciava no reinado de D. João III e muito especialmente nos reinados de D. Sebastião e o Cardeal Rei D. Henrique.

A Corte e a nobreza castilhanizavam-se através de alianças matrimoniais introduzindo na Corte o Castelhana e trazendo para Portugal costumes, modos de pensar opostos aos descritos e defendidos nos Lusíadas.

Bem se esforçou o poeta por aconselhar o Rei D. Sebastião, deixando em testamento um programa de governo nas últimas estrofes do Canto X.

É de meditar o sofrimento do poeta nesses dois últimos anos de sua vida, após o desaparecimento de D. Sebastião em 1580, ao pensar na perda da independência nacional. A morte poupou-o ao desgosto de ver Filipe II aclamado como Rei em Tomar em 1581 pelos 3 Braços que constituíram as Cortes Gerais ali reunidas em que o Clero, Nobreza e povo mal representado, entregaram a Coroa dos Reis de Portugal, não surgindo um Nun'Álvares Pereira, nem um João das Regras, que com espada e com a dialética defendessem a causa nacional.

De Facto o espírito hegemónico da Casa de Áustria encontrou em Filipe II o executor dum projecto dum união ibérica da qual se seguiria a construção do maior império mundial, que não teve repetição na História do mundo, sendo também verdade, que o génio de Filipe II não foi herdado por nenhum dos seus descendentes.

A frase sintética relativa à herança recebida através de sua mãe, a Imperatriz Isabel, que «*tinha comprado, herdado e conquistado*», resume os métodos seguidos para a conquista da «Coroa» de Portugal. É evidente que aceitou as condições propostas pelos Procuradores às Cortes de Tomar, mas a política seguida, nem sempre seria fiel aos compromissos assumidos, principalmente pelo filho e neto que lhe sucederam no trono. Poderíamos falar na praxis seguida, dum integração ou anexação da coroa portuguesa na Espanha e não em dois reinos governados pelo mesmo monarca.

Não é difícil descobrir no projecto da construção dum cidade administrativa no centro geográfico da Península, um projecto de centralização do poder político e administrativo, extensivo aos diferentes povos peninsulares e criar tentáculos de atração e sumissão das regiões periféricas ao centro do aparelho centralizador dum Estado único, orientado por «castelhanos».

A legitimidade de Filipe II foi aceite pelo Clero, pela nobreza e pelos Procuradores do Povo, que participaram nas Cortes de Tomar e que aceitaram como boas as razões e as promessas e o juramento de Filipe II. Tudo se consumou, apesar dos esforços realizados pelo infeliz Prior de Crato numa vida atribulada, pois nunca a sorte o bafejou, apesar dos esforços realizados em Paris e Londres. Talvez as qualidades o não acompanhassem.

Este prazo de tempo que vai da morte de D. Sebastião em 1578 em Alcácer Quibir e muito principalmente de 1580 da morte do Cardeal Rei D. Henrique até 1 de Dezembro de 1640, é um período importante para a nossa história, por ter permitido uma reflexão serena em relação à situação criada com adopção da solução filipina e que permitiu criar condições favoráveis à Restauração do 1.º de Dezembro de 1640, quando um grupo de nobres se revolta em Lisboa contra o domínio castelhana e são apoiados pelo povo.

António Quadros num trabalho apresentado no Colóquio organizado pelo Instituto D. João de Castro e realizado no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II em Março de 1987, tendo como tema «Cumprir Português» ou Identidade Portuguesa, apresenta como antídotos criados: A expansão popular do mito do Encoberto, a filosofia providencialista dos Alcobacences, a dialética messiânica de D. João de Castro e do Pe. António Vieira e o Sapateiro iluminado de Trancoso.

Adriano Moreira no trabalho já antes criado, «O Manifesto D'Os Lusíadas», chama a atenção para as edições dos



Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA  
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P  
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122  
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P  
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378  
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO  
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00  
Telex 27133 Acptu P  
Fax 200 25 02



**O atendimento  
mais acolhedor  
o serviço mais eficiente**



Lusfadas durante o domínio filipino, pelo menos sabemos de 11, o que nos leva a pensar que os Lusfadas foram lidos e relidos como o «Livro Sagrado» cuja leitura não deixou extinguir o fervor patriótico, favorecendo a sua alimentação.

Marques Bessa nessa mesmo Colóquio, numa meditação intitulada as «Dormentes Matrizes», refere-se com ênfase aos dois grandes mitos: o do Império do Espírito Santo e de Quinto Império, que alimentaram a imaginação popular juntamente com a pregação popular realizada por pregadores nas festas religiosas, a que se refere também Veríssimo Serrão na História de Portugal. (1)

Poderíamos continuar uma análise exaustiva de um conjunto de condições que permitiram que em todo o território, que histórica e juridicamente pertencia à coroa de Portugal, por unanimidade todos aceitaram a Revolução de 1 de Dezembro de 1640, menos Ceuta, que nunca mais seria reintegrada no espaço nacional.

\* Mas deixemos estas reflexões em volta de 1 de Dezembro de 1640 e porque não referir-nos ao 1.º de Dezembro de 1992 pois é esse que agora vivemos?

## 5. EUROPA — ATLÂNTICO. DUAS ROTAS

### a) Rota Europeia.

O espaço, que posso utilizar, não me permite fazer reflexões relativas a outros momentos da nossa vida nacional em que perigou a nossa independência como com a invasão napoleónica, a invasão dos afrancesados, O Ultimatum de 11 de Janeiro de 1890 em que Inglaterra deu uma manchada nos legítimos direitos históricos ultramarinos portugueses, mas que produziu um acordar da consciência nacional para a importância que tinham Moçambique e Angola no contexto da época.

Ultrapassando o republicanismo retórico, que termina com um golpe militar sem se saber para quê, donde surge uma ditadura financeira e posteriormente o consulado de Salazar, governo forte e centralizador que se esgotaria no decorrer dos 40 anos, findando com outro golpe militar que abrirá nestes últimos 25 anos do milénio uma nova crise, ainda não ultrapassada.

Segue-se uma apressada descolonização em que a herança que ainda restava, é julgada pesada, e incómoda e que envergonhava conservá-la, sendo entregue a forças encobertas, que nada tinham a ver com os verdadeiros interesses nacionais, ali defendidos durante séculos.

Os interesses de toda ordem, mesmo os culturais, espirituais e religiosos foram abandonados e traídos, pois a retirada foi geral e desordenada.

A viagem de regresso foi de tal modo atormentada em que tudo naufragou e nem armas e bagagens se salvaram. A honra e a dignidade não tiveram quem as recebesse e também ficaram manchadas e abandonadas.

A quem se deve esse desastre? Será difícil determiná-lo, pois tenderá a diluir-se em certo anonimato pluralista da própria comunidade nacional, que alguns pensam que não se pronunciou oportunamente em relação aos caminhos que deveria seguir, por não ter sido inquerida nos momentos oportunos.

Sem querer aqui inculpar qualquer classe ou instituição, criou-se uma situação de crise acelerada e generalizada, ainda

não ultrapassada, perante um Atlântico sem rota certa, reabriu-se a *Rota Europeia* e digo reabriu-se, pois nunca deixamos de ser europeus, apesar dos além-Pirineus pensarem que a Europa terminava naquela cordilheira.

A Rota Europeia começou a funcionar, como é natural, nos dois sentidos com fluxo e refluxo desiguais.

Encontramo-nos numa situação muito parecida àquela que foi vivida no século V, no fim do império romano, apenas com a diferença que a ocupação dessa época foi feita por povos que seriam assimilados, e agora poderemos nós sermos os assimilados e perderemos a nossa identidade.

Sou partidário duma Europa, não apenas dos 12, mas neste momento, muito mais alargada, do Atlântico dos Urais, fundamentada no respeito pelo direito a se viver idêntico a si mesmo, sem se ver oprimido pela pressão de outros países com mais peso económico e financeiro.

Estamos neste momento vivendo uma experiência única e num momento crucial, que ficará a marcar uma nova idade que neste momento ainda não se vê bem clara, pois as opções não são evidentes e surgem penumbras.

Julgo que o grande problema que se põe, é como conseguir «a união na diversidade». Conseguiremos viver unidos com os outros povos europeus, e continuarmos a ser «diferentes»? Como se poderá processar esta «união sem ferir a Diversidade», o modo de ser cada povo europeu, duma Europa que se compõe de etnias, culturas e «cristianismos» vividos de modos diferentes? Eis o problema, que se põe neste 1.º de Dezembro de 1992.

Os novos construtores de Europa já se deram conta das dificuldades da realização do projecto e têm procurado um fundamento no chamado «consenso democrático», que não parece muito consistente como se viu na Dinamarca e na França. As dificuldades têm aparecido com as minorias mais ou menos agressivas, que têm criado dificuldades e uma instabilidade social muito grande.

A agressividade nos países ocidentais tem-se manifestado no terrorismo urbano, nos países de Leste as armas já saíram dos quartéis e a guerra civil é já um facto de difícil controlo.

Que funções vamos nós desempenhar nessa Europa Alargada ou mesmo na Europa reduzida aos 12 ou aos 16?

No século XV e XVI desempenhamos um papel importante no campo científico, cultural, técnico e ainda na área do bem-estar com os produtos trazidos do Oriente e depois do Brasil. A nossa experiência marítima foi importante para uma Europa Sul, fechada no Mediterrâneo e uma Europa-Norte sem experiência no Atlântico Sul.

O exemplo que demos de espírito aberto, universal de grande aceitação em relação às outras etnias e culturas com quem contactamos, foi um belo exemplo, nem sempre seguido por outros povos.

O espírito missionário com que chegamos e penetramos na orla marítima de África, e no longínquo Oriente eo pioneirismo com que entramos no Brasil, deu à Igreja Católica uma dimensão universal, até então nunca atingida.

De facto, cumprimos uma missão no mundo de então, não fosse por outras razões, mas sómente por termos descoberto a terra e abrímos os caminhos que seriam posteriormente navegados por outros povos europeus.

Numa palavra cumprimos uma missão.

Preguntamos, temos ainda missão a cumprir?



b) Nova Rota Atlântica.

Julgo que a nossa missão, como nação, não se esgota com a nossa presença na Europa, de resto ainda pouco definida. O que temos ouvido, julgo que não passa de palavras em que os conteúdos não são bem claros e definidos:

O «discurso», que temos ouvido aos responsáveis, ao mais alto nível, é defesa dos nossos valores e da nossa identidade de modo a não os perdermos e não nos confundirmos com os outros povos amigos.

Temos consciência da nossa dimensão económica e financeira em relação aos outros nossos aliados e companheiros.

Temos a impressão que somos generosos em pedir e apresentarmos projectos para receber. Não me refiro já à presença de «europeus» na nossa área de serviços e a um certo alheamento ou venda de terrenos, edifícios, empresas e até património cultural.

Assistimos a uma invasão pacífica e legal, tendo em conta a orientação duma Europa sem fronteiras.

Em 30 de Novembro de 1640 formávamos uma unidade política com os outros povos peninsulares e no 1 de Dezembro de 1992 somos parte integrante duma Europa democrática e tecnocrata, que tem a sua sede em Bruxelas.

Julgo que neste momento e neste contexto que vivemos, podemos e devemos olhar desta nossa Lisboa para o Atlântico Sul e formamos um triângulo simbólico — Lisboa — Rio — Luanda.

O nosso regresso a Angola e aos outros 4 países de língua portuguesa está no nosso destino.

O regresso deverá ser feito doutro modo daquele com que lá chegamos no século XV.

Julgo que será esta missão atlântica, que nos pode distinguir e identificar em relação aos outros povos europeus.

A experiência feita em relação à pacificação de Angola provou bem a nossa capacidade de diálogo de sentar à nossa mesa irmãos desavindos, fazerem calar as armas, falarem de «Paz» e de colaboração para desenvolverem uma terra santificada com o suor do trabalho de milhões de portugueses e com as orações de tantos missionários e missionárias, que amaram aquela terra como aquela onde nasceram, fazendo-se filhos adoptivos daquelas terras onde abriram caminhos para a cultura a fé e o bem-estar de todos.

Julgo que nessa missão ninguém nos poderá igualar e menos substituir-nos nos novos momentos que Angola vive.

As experiências feitas durante estes 15 anos com espanhóis, cubanos, italianos, russos, romenos, checos, alemães e até com brasileiros, provam claramente, que somos nós, a quem compete retomar uma missão iniciada há 500 anos.

Queria prestar nesta data em que festejamos o dia da nossa «Restauração», uma homenagem bem quente para aqueles nossos irmãos que ficaram nessas terras africanas, não perdendo a fé no futuro e que à fempestade sucederem dias de bonança.

E não me refiro à Rota do Oriente na sequência da Rota Atlântica onde nós portugueses deste fim de milénio temos ainda uma missão a cumprir, bem mais difícil, como sempre foi em relação à Rota Atlântica.

Entendo como português, que no sentido histórico a Rota do Oriente é um complemento reverstido de heroicidade em relação à nossa presença em África. «A Peregrinação» de Tomé

Mendes Pinto e os «Lusíadas» de Camões completam-se em relação a esse Oriente misterioso, fechado e místico.


A morte vitimou nesse mesmo ano de 1580 o último Avis, o Cardeal Rei D. Henrique, Luís de Camões e Tomé Pinto e os sinos tocaram a finados não 3, mas 4 vezes, também por Portugal que perdeu a sua independência.

Ficaram porém as duas obras: os Lusíadas e a Peregrinação a servirem de referência, de meditação e de estímulo para as gerações futuras conscientes, que Portugal está ainda por «Cumprir» e que esta nova geração de fim deste 2.º Milénio tem uma missão de — Continuar Portugal — Cumprir Portugal.

(1) De facto funcionou a definição dada por St.º Agostinho de povo: «a reunião de homens que se congregam para amarem e defenderem um conjunto de valores em que acreditam.»

Padre Joaquim António de Aguiar

Lisboa, 1/12/1992



**CAVES DA**  
*Montanha*  
**A. HENRIQUES**

---

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha  
 Telef. 52260 e 52611  
 Telex 53081  
 Apartado 18  
 3781 ANADIA CODEX

✠

**«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES**

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |  
 CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |  
 CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |  
 Concurso de Bratislava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |  
 CONCURSO DE MILAO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |

✠

Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos  
 Brandias - Aperitivos - Vinhos de Mesa



# A AUSTRÁLIA ASIÁTICA

(Continuação da página um)

Finalmente, o pensamento estratégico australiano mudou radicalmente as suas referências, e procura definir um novo conceito de segurança da área em que se integra, não já como a presença do Ocidente, mas como elemento integrador do espaço. A importância militar da Indonésia entra nesta redefinição, e o contencioso de Timor é decidido pela Austrália contra os direitos dos timorenses porque o novo conceito de segurança traz para primeiro plano a solidariedade com o invasor do território.

Na década passada, foram várias as ocasiões em que a naturalização asiática da Austrália, e também da Nova Zelândia, se foi revelando e afirmando.

Para além da independência, em 1980, de Vanuatu (Nova Hébridias), que extinguiu o condomínio franco-britânico, e dos conflitos sangrentos da Nova Caledónia, teve importância o Tratado de Rarotonga, de 6 de Agosto de 1985, assinado pelos treze Estados do Fórum do Pacífico: tratou-se de interditar a fabricação, armazenagem e experimentação de armas nucleares naquele vasto espaço, e, muito significativamente, a França, os EUA e a Inglaterra recusaram assinar os protocolos que limitavam a liberdade de acção dos Estados não membros do Fórum do Pacífico.

Logo no ano seguinte, a Nova Zelândia proibiu que os navios americanos, equipados com armas atómicas ou movidos usando a energia nuclear, tivessem acesso aos seus portos, e esta radical atitude implicou de facto o seu abandono do pacto defensivo liderado pelos EUA.

O atentado contra o navio *Rainbow Warrior*, da Greenpeace, em 10 de Julho de 1985, marcou também o dramatismo da mudança de conceito estratégico então em curso. O fecho da embaixada em Lisboa, olhando aos fac-

tos, não parece assim senão um pequeno sintoma de uma grande decisão, a qual seria de a Austrália assumir uma política regional activa, na qual se inclui, também incidentalmente, a exploração do petróleo de Timor e o esquecimento bem lembrado dos direitos do homem.

Por outro lado, com se notou, é projecto regionalizante a criação de uma espécie de OCDE da área, o qual pareceu dar um sólido passo em frente quando da reunião, em Julho de 1990 em Singapura, dos ministros dos Negócios Estrangeiros de catorze países. Seguiram-se duas reuniões de altos funcionários, em Seul, primeiro em Outubro de 1990, e depois em Março de 1991, tudo resultando da montagem de uma já complexa máquina burocrática, com a forma inicial habitual de grupos de trabalho.

A criação de uma Comunidade Económica da Ásia-Pacífico (APEC), da qual a Austrália assume a dinamização, é a face visível da tentativa de naturalização asiática de uma das mais expressivas implantações europeias naquela área. Nem todos os países da região são intervenientes, e designadamente a Malásia, também muçulmana, tem mostrado preferir um agrupamento económico que exclua as antigas jóias da coroa, a Nova Zelândia e a Austrália. Uma razão importante para que esta última cultive a solidariedade com a Indonésia. Timor faz parte do preço da naturalização asiática da Austrália.

## INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral  
N.º de Registo 112 874

### Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres  
(Secretário-Geral do IDJC)

### Redacção

Sede do Instituto  
R. da Madalena, 225 — 3.º Dto.  
1100 LISBOA  
Telef. 886 01 25

### Propriedade

Instituto Dom João de Castro  
N.º 212 873

### Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL  
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87



## HOTEL ROMA

\*\*\*

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA  
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P  
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

### EM FATIMA:

\*\*\*

HOTEL SANTA MARIA  
Rua de Santo António  
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

### HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva  
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43279



# VIDA NO INSTITUTO

## 1 — Assembleia Geral da ACEDES e do Instituto D. João de Castro

No dia 16 de Setembro pelas 21 horas realizaram-se no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II as Assembleias Gerais Extraordinárias da Associação de Cultura e Desporto e do Instituto D. João de Castro, destinadas a inter-relacionar as duas associações e a informar os sócios dos projectos que as Direcções das duas Associações pretendem realizar. A Assembleia da ACEDES foi presidida pelo Sr. Amaro dos Santos Oliveira e secretariada por D. Margarida Mayer.

Os Sócios resolveram:

a) tratar a seu devido tempo da fusão da ACEDES no Instituto D. João de Castro, quando estiverem resolvidos uma série de problemas inerentes ao imobiliário de que a ACEDES é proprietária, tendo em conta a identificação dos objectivos das duas instituições.

Incumbiu-se à Direcção do Instituto D. João de Castro fazer a gestão do património da ACEDES e retribuir o trabalho que se vem realizando.

Os sócios deram um voto de confiança à Direcção no sentido de poder aplicar os valores realizados como melhor entender, para bem das duas Associações em relação aos fins que estão em causa.

2 — Encerrada a Assembleia Geral da ACEDES seguiu-se a realização da Assembleia Geral do Instituto D. João de Castro presidida pelo Prof. Adriano Moreira.

Após uma exposição feita pelo Presidente da Direcção do Instituto relativa ao andamento dos processos relativos à ACEDES foram aprovadas as seguintes propostas:

a) A direcção do Instituto D. João de Castro aceita formalmente a gestão do património da ACEDES e é partidária da fusão das suas instituições, tendo em conta os objectivos das duas.

Os sócios deliberaram ainda conceder à Direcção os poderes necessários e convenientes para procurar e adquirir um imóvel que reúna boas condições para a sede do Instituto, de modo a este poder cumprir melhor os seus fins e objectivos.

O Presidente da Direcção do Instituto informou das diligências feitas na procura duma moradia no bairro do Restelo e que estava já em vista a compra duma na R. D. Francisco de Almeida N.º 49, que reúne as condições que se julgam convenientes para o fim em vista.

b) A Direcção do Instituto agradeceu à Assembleia Geral toda a confiança nela depositada e prometeu que faria tudo quanto estivesse dentro das suas possibilidades para responder à confiança e amizade nela depositada.

Por fim, foi proposto por aclamação um voto de agradecimento ao Sr. Dr. Luís Gallego pelo modo como conduziu todo este processo e pela confiança depositada no Instituto D. João de Castro no sentido deste responder aos projectos e objectivos da A.C.E.D.E.S. de que ele tinha sido o 1.º propulsor.

## GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



**gertal**

### Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e as Auxiliares Educativas usufruem do prazer de uma refeição elaborada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

LISBOA - Av. Infante Santo, 23-12.º Esq. - Telef.: 67 67 34 - Telex: 0737 Gertal P Lisboa - 1306 Lisboa  
PORTO - Rua Venceslau Guimarães, 232 - Telef.: 42 02 02 - Telex: 33428 Gertal P Porto - 4100 Porto

## 3 — Projectos Culturais

A Direcção do Instituto está preparando um Colóquio sobre Descobrimientos para ser realizado na 2.ª quinzena de Janeiro em Bragança.

Está também em preparação a 2.ª edição do Colóquio que foi realizado em Lisboa em 1988 — «A Identidade Portuguesa» — «Cumprir Portugal».

Passados 4 anos sobre as reflexões então feitas e vivendo a Comunidade Nacional um contexto diferentes, é de toda a conveniência reflectir de novo sobre o tema.

Está encarregado de coordenar este Colóquio o Prof. Doutor José Adelino Maltez.

## 4 — Novos Sócios Efectivos

A Direcção do Instituto felicita-se pela entrada de novos Sócios Efectivos:

— Dr. Francisco António Duarte Lopes, antigo aluno do Colégio Universitário Pio XII. Rua Dr. José Baptista Sousa, 27-3.º Dt.º 1500 LISBOA — Telef. 715 42 20

— Prof. Doutor José Veiga Simão em que nos tem acompanhado em várias actividades Culturais. Rua Conde de Sabugosa, 25-4.º Dt.º 1700 LISBOA



# Uma Festa Transmontana — 4/10/92

Passou-se no dia 4 de Outubro, Domingo.

Em 1956 o Jovem Professor Adriano Moreira ganhava um prémio de 50.000\$00 num Concurso aberto pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

A velha Capela de Grijó ruira e dela nada ficava mais que o Senhor do Calvário, a Senhora das Dores e S. João Evangelista.

Perante este acontecimento D. Leopoldina Moreira, senhora de grande fé e de outras muitas virtudes, pede ao filho que com o dinheiro desse prémio reconstruísse na pequena colina a capela, que dera o nome à sua terra, Grijó (pequena igreja).

Assim surgiu no alto da colina a capela, onde se venera o Senhor do Calvário, de tanta devoção na pequena aldeia de Grijó.

Passaram-se 36 anos sobre o acontecimento e nada lembrava a generosidade do filho e a piedade da mãe.

Um membro da família, o Alexandre Moreira, mais avisado do que outros, lembrou-se de mandar gravar numa lápide de mármore o acontecimento, fixando-a numa das paredes da capela e organizar uma festa para ser comemorado o facto



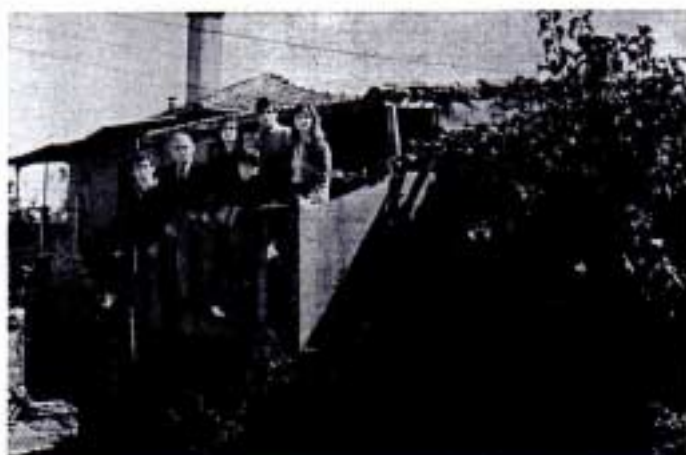
*O Prof. Adriano Moreira e seu primo Alexandre Moreira ao lado da Capela do Senhor do Calvário*

e dele ficasse memória para o futuro, como é costume em factos dessa natureza. As nossas igrejas e outros monumentos religiosos, registam os nomes dos construtores e benfeitores.

A festa foi simples.

A família Moreira lá estava toda, chefiada pelo Prof. Adriano Moreira, esposa e filhos, lembrando o passado e dando graças a Deus pelo presente. Ficou a pequena Teresa em Lisboa com a avó.

Celebrou a Missa o Presidente da Direcção do Instituto D. João de Castro — Pe. Aguiar, que à homília se referiu aos valores espirituais simbolizados nessas simples e antigas capelas espalhadas por vales, colinas e montes, alvejantes e branquinhas apontando para o alto, testemunhas de séculos e repositórios de orações e promessas feitas por milhares de crentes que nelas ajoelharam aos pés do Senhor do Calvário, da Senhora das Dores, de St.º António, de João ou de outros



*Prof. Doutor Adriano Moreira e sua família na varanda da casa onde nasceu*

numerosos santos a quem são dedicadas.

O povo de Grijó também se associou à festa, acarinhando a família Moreira ali presente.

Depois da missa foi a romaria visitando a humilde casa da família, a escola onde se aprenderam as primeiras letras, o lugar da azenha onde se moía o trigo e donde saíria o pão que se comia à mesa, ou a caminho do campo e da escola.



*No momento da distribuição da Comunhão na Capela do Senhor do Calvário*

Foi esta uma bela lição dada pelo Prof. Adriano aos filhos: que não são os muitos bens da terra, que fazem as famílias felizes, nem o ter nascido em casas ricas ou de renomes que se dizem «filhos de algo», mas sim a fidelidade aos valores familiares e religiosos, o amor ao trabalho e a honestidade na vida civil.

Seguiu-se na casa do Alexandre o almoço familiar servido à transmontana, onde não faltavam os amigos da família. Tudo foi feito em família, pela família e por família e amigos.

Lisboa uma testemunha e participante

*(Pe. Joaquim António de Aguiar)*



# Valor Sócio-Cultural dos Descobrimientos Portugueses para o Desenvolvimento da Humanidade

MOSCOVO  
OUTUBRO DE 1992 (1)

As descobertas geográficas foram feitas em todas as épocas históricas, desde os tempos mais remotos, por representantes de povos civilizados. Mas as descobertas de maior importância, na terra e no mar, que foram realizadas por navegadores e viajantes europeus, principalmente portugueses, na metade dos séculos XV e XVI, receberam o nome das Grandes Descobertas precisamente porque tiveram um significado singular para os destinos da Europa e de todo o Mundo.

Portugal, que era iniciador e pioneiro das Descobertas, conseguiu, através destas, revolucionar praticamente todos os aspectos da actividade humana, tirou o Mundo da sua etapa de desenvolvimento evolutivo e encaminhou-o para uma etapa qualitativamente nova. Surgiu, desta forma, uma nova compreensão de valores humanos e foram lançados os alicerces de transformações socio-económicas que levaram vários países europeus do medievismo para a etapa inicial de acumulação de capitais e progresso económico que seria impossível sem aquele mercado universal de mercadorias que Portugal tinha criado graças às suas descobertas e esforços.

Não há passatempo mais ameno e enigmático que o exame de um mapa: seja um mapa-mundi, mapa de um continente, de uma terra, de um país, etc. Mas poucos se perguntam como surgiram no mapa os contornos desta ou daquela terra, a localização de um ou outro mar, ou nome de um país, cidade ou povo. Aqui temos de dar um tributo merecido aos portugueses, pois a maior parte dos nossos conhecimentos nesses campos vêm das Descobertas, daquelas épocas remotas e distantes quando os portugueses, alguns universalmente conhecidos, mas milhares desconhecidos, mas não menos valorosos, emprenderam esta alta tarefa de descobrir terras novas em prol do desenvolvimento da Humanidade e da civilização.

Já no ano de 1490, os portugueses desenharam o esboço do futuro mapa-mundi, onde na forma quase perfeita para aquela época, e mesmo bem aceitável para a nossa, figuraram a Europa, incluindo a parte norte, nomeadamente a Noruega, a África até ao Equador, o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, o Oceano Índico Sul, as Índias Orientais e a China.

Isto significa a grande acumulação de conhecimentos, principalmente geográficos, devido a milhares de viagens marítimas feitas por portugueses para todos os recantos do Mundo. Sabe-se da história que já para a metade do século XIV Portugal — o primeiro na Europa, compreendeu a necessidade de substituir o feudalismo, que travava o desenvolvimento, por uma outra forma socio-económica mais flexível, social e progressiva economicamente. Portugal acabou com o poder de grandes senhores, e unindo esforços da coroa e da burguesia nascente, já na época do reinado de Dinis I, começou a desenvolver rapidamente a construção naval e criou a sua frota. Mesmo no século XIV, barcos portugueses mantinham contactos comerciais permanentes com a Holanda e parte sul da Inglaterra. No Sul-Oeste faziam escala nas ilhas Canárias e navegavam ao longo das costas noroeste da África. Portanto, quando no último quarto do século XIV Portugal conseguiu definitivamente a sua independência, já no limiar do século XV, era uma forte potência marítima, com determinação e

ambições de expansão, de descobrimento de novas terras, da sua cristianização e da aplicação dos seus conhecimentos e esforços — quer dizer, já tinha tudo para empreender esta odisséia, conhecida depois como as Grandes Descobertas. Os governantes de Portugal compreendiam bem que no Mediterrâneo dominavam catalães, genoveses e venezianos que monopolizavam todo o comércio com a Índia; no mar do Norte e no Báltico estava forte e no seu apogeu a União de Grã-Bretanha mas ficava sem explorar o Atlântico Sul e aquela outra parte do oceano que sabiamente pensavam os portugueses, que poderia levar ao local mais almejado — à Índia.

Uma vez iniciadas as descobertas, Portugal começou a obter dados que aumentavam conhecimentos sobre a nossa Terra, dando a estes um carácter qualitativamente novo. Nenhum outro povo europeu, num lapso historicamente curto, conseguiu acumular e classificar uma quantidade de informações e dados praticamente em todos os ramos de conhecimentos humanos que futuramente se iriam a tornar ciências.

Cabe a Portugal a primazia na composição do mapa da Terra e da criação da ciência sobre a Terra. Foram os portugueses que criaram, por assim dizer, a geografia clássica — geografia esta que durante longo tempo se desenvolvia como ciência de descrição da Terra. A tarefa mais importante desta ciência era criar o mapa da Terra, marcando nele e constan-



HOTEL GOLFINHO



Próvia D. Ana - 8600 Lagos - Alentejo  
Telef. 082 - 76 99 00 - Telex 57 457 - Telefax 082 76 99 99

SANDOR-hotels

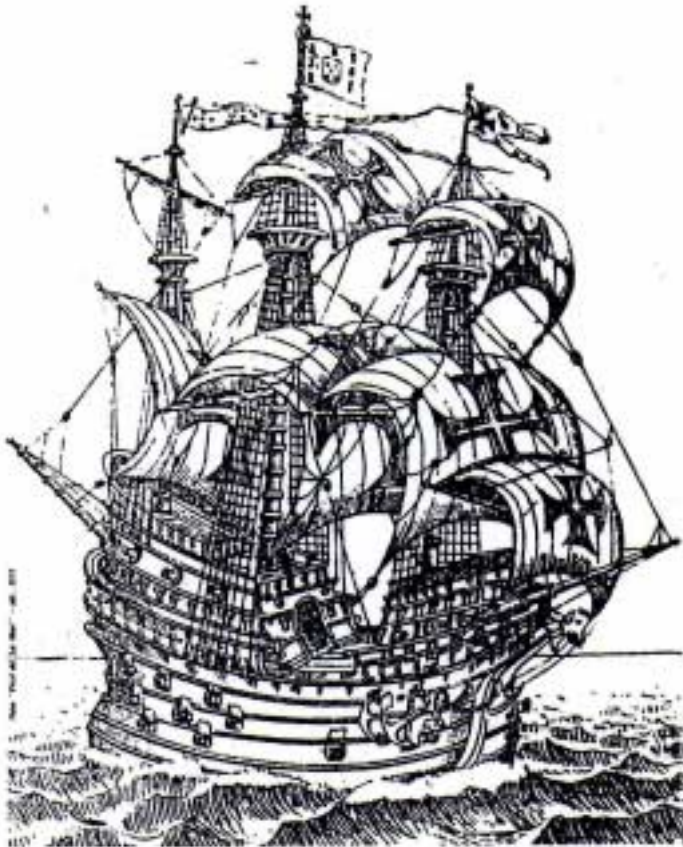


- Todos os quartos c/ ar condicionado, telefone, TV e rádio
- Restaurante
- Bar
- Coffee Shop
- Piscina
- Jardim
- Garagem
- Autocarro grátis para a cidade e vice-versa
- Parque de estacionamento
- Sala de jogos
- Cabelereiro
- Bazar
- Discoteca
- Sala de Conferências



temente precisando, aquilo que estava a ser descoberto durante as viagens marítimas e terrestres. Neste sentido, os portugueses são únicos em toda a Europa, porque, precisamente eles, fizeram o grosso das descobertas, foram eles os primeiros que pisaram as terras da África, Ásia e Américas do Norte e do Sul, foram também eles que penetraram nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Foram precisamente as descobertas que desempenharam o papel primordial na formação do mapa físico do nosso planeta. O valor histórico das descobertas territoriais e aquáticas reside em que elas permitiram desenhar no mapa todos os continentes e oceanos.



Devido a milhares de viagens de descobridores portugueses tornou-se possível provar, pela primeira vez na história da Humanidade:

- a existência de um único oceano mundial e determinar as dimensões aproximadas de três oceanos (dos quatro que figuram na Terra);
- desenhar contornos de continentes e penínsulas, como também linhas costeiras;
- determinar dimensões aproximadas dos continentes africano e asiático;
- desenhar características principais de relevo de cada continente;
- determinar características principais de redes hidrográficas de vários continentes: direcção de cursos dos maiores rios e as suas bacias, situação geográfica dos lagos mais importantes e os seus contornos;
- localizar geograficamente os principais arquipélagos e as ilhas principais que formam os ditos arquipélagos.

Ao finalizar o exame da importância geográfica universal das descobertas, pode-se sublinhar que, pela primeira vez na história, foram determinados contornos de continentes habitáveis, foi investigada a maior parte da superfície da Terra. As descobertas propiciaram novos, abundantes e valiosos materiais para muitos outros ramos do conhecimento humano,

a saber, para a história, botânica, zoologia, etnografia, etc. Devido às descobertas os povos europeus tiveram conhecimento de vários produtos agrícolas que logo cultivaram na Europa.

As descobertas tiveram o seu reflexo, em particular, no desenvolvimento dos conhecimentos geográficos, cujos portadores naquelas épocas não eram cientistas-naturalistas, mas as pessoas que pouco ou nada tinham a ver com a ciência. O processo de acumulação de conhecimentos ia progredindo não sem dificuldades e passou por várias etapas, mas precisamente graças àqueles navegadores iam-se desvendando superstições e noções obscuras medievais e muitos mitos religiosos tornavam-se realidade.

Eram extremamente importantes para o desenvolvimento da Humanidade consequências socio-económicas das descobertas. Foi Portugal que descobriu novas rotas comerciais e novos países, contribuindo desta forma para que o comércio se tornasse verdadeiramente universal com características que se conservaram até aos nossos dias. Naquela época, Lisboa resultava ser o centro comercial do mundo, para onde iam e donde partiam barcos mercantes de todo o mundo. Jamais a história universal tinha conhecido uma movimentação comercial tão grande, que reinava naquela época dourada.

A época das descobertas trouxe consigo um gigantesco aumento de mercadorias em circulação, o que, além de enriquecimento, provocou mudanças qualitativamente novas no desenvolvimento económico da Europa. A acumulação de capital acelerou o processo de desmoronamento do feudalismo e contribuiu decididamente para o surgimento e implantação da era capitalista. Verdade é, que para os fins do século XVI o centro de desenvolvimento económico capitalista e fabricação de produtos industriais se deslocou primeiro para a Holanda e logo para a Inglaterra, mas foi Portugal que com as suas descobertas deu início ao surgimento de novo tipo de relações económicas e vasto sistema colonial, que até há poucos anos estava a ser utilizado como fonte de matérias-primas. Ainda mais, nos séculos XVI e XVII as colónias serviram de fonte de mão-de-obra, que foi utilizada para criar a riqueza universal e povoar e desenvolver várias terras.

É exacta a afirmação de que o Sol nunca se punha no Império colonial português — era tão vasto e incluía os pontos mais distantes e impressionantes, mesmo para os nossos tempos. Sabe-se que na altura das descobertas Portugal era um país de escassa população, mas manteve o domínio sobre grandes áreas. Para conseguir esses objectivos, Portugal inventou e realizou, pela primeira vez na história, a política da presença estratégica. Quer dizer que criou pontos-chave em várias regiões do mundo, através das quais era capaz de controlar toda a movimentação marítima e continental. Mantinha naqueles locais guarnições não numerosas, mas bem munidas, valentes e fiéis à causa. Contudo, já nesses tempos distantes, Portugal estava a aplicar, nas suas relações com povos distintos, os procedimentos que logo formaram a política internacional. Portugal sempre pensava em união de várias civilizações, utilizando, para estes fins, meios políticos, comerciais, religiosos e linguísticos. Mas, o realizador da política portuguesa, aquele que se encontrava à cabeça de tudo, era o homem fiel ao seu país, à sua religião e à sua causa, cuja motivação era a iniciativa privada, que, uma vez realizada, vertia para bem dele próprio, para a sociedade e para a sua Pátria.

Foi Portugal que começou a aplicar, na prática, dois tipos de colonização de terras descobertas, exemplo este que logo foi seguido por várias nações europeias. O primeiro tipo, chamado colonização de povoamento, teve como objectivo o Bra-



sil, para onde Portugal destacou grandes contingentes humanos de próprios portugueses e numerosa mão-de-obra africana, para criar no território brasileiro praticamente uma nova nação e um novo Estado. O que conseguiu brilhantemente, plasmando a sua ideia no Brasil moderno. Outro tipo de colonização ou colonização de exploração (utilização de mão-de-obra indígena, de matérias-primas e recursos naturais) com fins lucrativos, foi praticado no resto do Império colonial português.

Vale a pena destacar mais uma faceta, a cultural, das descobertas. Esta época gerou na literatura portuguesa, que pela sua envergadura e força de penetração não tem semelhança na literatura de outros povos europeus, o que pode ser chamado «ciclo geográfico». Precedentes aos «Lusíadas», estas narrações e crónicas dão a historiografia das colónias, relatam perigos da vida no mar, narram naufrágios, apresentam descrições das viagens e descobertas feitas na África, Ásia, etc., e também esboços de carácter etnográfico. Há poucos exemplos na literatura mundial que possam ser comparados com aquelas crónicas portuguesas que conseguiram, de uma forma brilhante e viva, expor toda uma gama de sentimentos e valores próprios de uma pessoa educada numa sociedade onde eram comumente aceites e vividos. Subitamente esta pessoa vê-se lançada na aventura das descobertas, que abre perante um indivíduo estupefacto os milgares da Índia, da China e de Ceilão, as suas riquezas fabulosas e os espaços infinitos dos oceanos...

Finalmente, as descobertas influenciaram de forma radical o desenvolvimento da filosofia e das ciências naturais. O homem recebeu uma nova visão do mundo e do espaço; abriram-se perante ele verdadeiramente novos mundos, até há pouco não pensados, outras civilizações, outras culturas, outros modos de ser e de viver. E os portugueses, aproveitando sabiamente o seu pragmatismo e a sua filosofia bem flexível, conseguiram dar forma nova à filosofia das relações humanas. Portugal foi o primeiro a estabelecer contactos entre várias civilizações e culturas, religiões e costumes, colocando desta forma os alicerces do futuro desenvolvimento civilizado da Humanidade.

*Vladislav N. Malykh*  
(doctor em Ciências Históricas)

(<sup>1</sup>) Publicamos este ensaio sobre os Descobrimientos Portugueses tendo em conta o modo como são encarados os efeitos que influenciaram a nossa cultura e modo de sermos portugueses.

## SOMOS AINDA QUEM FOMOS

*Bandarra, Vieira, Pessoa*  
(ou o império da ideia),  
versos secretos de um povo  
que só os poetas entendem,  
que só nós poetas se entende.  
De um povo que, em vão, procura  
novo tempo além do tempo.

Somos a Europa mais perto  
de todos os continentes,  
os mais ocidentais do Ocidente.  
Somos a praia da Europa  
aberta ao mar e ao vento.

Fomos o princípio  
do caminho marítimo  
para o sonho de um novo mundo,  
fomos a primeira partida  
para todas as sete partidas  
e o último regresso de além mar.

Somos ainda quem fomos  
e, na raiz do mais além,  
continuamos a procurar  
o mistério de um império  
que não foi, mas há-se ser  
(quinto império que Deus tem,  
que outro nome pode haver?).

Somos o centro da rosa dos ventos,  
abstracto porto de passagem  
para todos os caminhos do mundo.  
Somos ainda quem fomos,  
bandeirantes caminhantes  
do sonho de Portugal.

*José Adelino Maltez*

